

Colaborações de viajantes e missionários para a elaboração de uma história regional: um olhar sobre os relatos de Simão Estácio da Silveira e Padre Antônio Vieira

Collaborations of travelers and missionaries for the elaboration of a regional history: a look at the reports of Simão Estácio da Silveira and Father Antônio Vieira

Kacia Mikaela de Sousa

Mestranda em História

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

kaahsousa31@gmail.com

Recebido: 15/05/2023

Aprovado: 19/07/2023

Resumo: O presente trabalho tem como intuito analisar os relatos feitos sobre o território maranhense por um dos pioneiros da colonização portuguesa no Maranhão, o capitão Simão Estácio da Silveira em sua obra *Relação sumaria das cousas do Maranhão* de 1624. Além deste, abordamos as descrições do Padre Antônio Vieira intitulada *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba escrita pelo padre Antônio Vieira*, missionário que liderou a expedição evangelizadora na Serra de Ibiapaba, no Ceará, a partir de 1655. Pretendemos elaborar uma análise crítica desses textos, considerando o contexto no qual esses autores estavam imersos. Utilizaremos como referencial teórico algumas obras como *Capítulos de História Colonial 1500-1800* de João Capistrano de Abreu, e o trabalho intitulado *Cultura e Opulência do Brasil* de André João Antonil, nas quais ambos abordam aspectos religiosos e econômicos do período colonial.

Palavras-chave: Relatos; Historiografia; Colonização.

Abstract: This work aims to analyze the reports made about the territory of Maranhão by one of the pioneers of Portuguese colonization in Maranhão, Captain Simão Estácio da Silveira in his work *Relação sumaria das cousas do Maranhão* in 1624. In addition, we approach the descriptions of Father Antônio Vieira entitled *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba* written by the missionary Father Antônio Vieira, who led the evangelizing expedition in Serra de Ibiapaba, Ceará, from 1655, considering the context in which these authors were immersed. We will use as a theoretical reference some works such as the Chapters of Colonial History 1500-1800 by João Capistrano de Abreu, and the work

entitled *Cultura e Opulência do Brasil* by André João Antonil, in which both address religious and economic aspects of the colonial period.

Keywords: Reports; Historiography; Colonization.

Introdução

Partimos do pressuposto de que o uso de relatos de viajantes – missionários, naturalistas, aventureiros – como fontes a História não é algo recente, visto que a literatura de viagem sempre serviu como fonte significativa para o conhecimento histórico (CONSTANTINO, 2012, p. 8). Conforme Reichel (1999, p. 55) nas últimas décadas as obras de viajantes vêm sendo bastante utilizadas, pois oferecem subsídios para diversas temáticas que interessam os pesquisadores, tais como a economia, sociedade e cultura.

Esses relatos, embora sejam registros de autores estrangeiros, nos ajudam a pensar uma determinada região em épocas distintas. Todavia, o historiador deve atentar para as intenções do autor do documento, isto é, não tomar as afirmações neles contidas como se fossem uma perspectiva fiel do passado. Desse modo, torna-se necessário analisá-los considerando o lugar de enunciação e o objetivo da viagem de cada um desses sujeitos. Assim, tais autores contribuem para o preenchimento de algumas lacunas existentes na historiografia brasileira, o que nos possibilita a utilização destes como fonte de estudo para desenvolvermos uma produção historiográfica sobre outros períodos. Sendo assim, o presente trabalho pretende analisar os relatos do capitão Simão Estácio da Silveira, intitulado: *Relação sumaria das cousas do Maranhão*, de 1624 e o relato do missionário Padre Antônio Vieira, denominado *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba escrita pelo padre Antônio Vieira*, o qual liderou a expedição evangelizadora na Serra de Ibiapaba, no Ceará a partir de 1655.

Diante disso, veremos quais características tornaram as obras analisadas como sendo “clássicas” ou se não são vistas como tal. Ou seja, buscamos perceber quais fatores podem ser destacados para encaixá-los nessa categoria. O debate proposto neste trabalho não tem como intuito hierarquizar autores, construir novos ícones ou erigir “antologia historiográfica”, mas sim percebermos o nível de debate da formação historicizante, o viés teórico, assim como a teia discursiva, pois mesmo que as fontes tratem de um determinado local geográfico, elas podem ser utilizadas para contextualizar o período em que os autores estavam inseridos. Esse debate é

proficiente na medida em que nos permite avanços em relação àquilo que já foi produzido e orienta o nosso olhar para as singularidades ainda pouco ou nada exploradas.

Um dos meios que dispomos para conhecermos a história do nosso território é por intermédio de relatos de viajantes, visto que nesse período, século XVII, não havia uma organização responsável pela produção do conhecimento histórico do Brasil, pois foi somente a partir de 1838 com a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que se iniciou um delineamento do perfil da nação brasileira, capaz de lhe garantir uma identidade própria. Sabemos que as produções historiográficas não estão desvinculadas de outros conhecimentos. Ora, se toda pesquisa é vinculada ao seu lugar de produção, devemos considerar os seus aspectos culturais, políticos e econômicos no contexto que ela foi elaborada.

Refletir novas perspectivas para a história regional é vislumbrar não só a ampliação da noção de documento, de fontes, de objetos de investigação, de novas abordagens, mas também repensar o fazer historiográfico, problematizar sua epistemologia, assim como a sua escrita e sua narração. Pensar as cartas jesuíticas, os relatos dos navegantes, a obra de Antonil, os escritos do Padre Antônio Vieira, entre muitos outros documentos que expressam a vida colonial brasileira, é pensar ao mesmo tempo, a Europa do século XVI e XVII. As fontes coloniais expressam, portanto, em nossa concepção, os interesses vinculados à organização das relações sociais baseadas na nova vida europeia, e a expansão dessas relações para a Colônia.

Neste trabalho, buscamos ressaltar a utilização de escritos que mesmo sendo de temporalidades distantes, permite-nos na contemporaneidade utilizá-los como fonte/objeto de pesquisa para perceber como esses indivíduos descreveram as regiões visitadas, visto que essas visões foram divulgadas para os leitores europeus da época. Esses indivíduos, padres e viajantes, servem para nós, historiadores, analisarmos o contexto e quais as intenções que eles tinham ao escreverem esses relatos. Estes foram, bem como os diários de navegantes, ricos testemunhos sobre os primeiros contatos com os nativos brasileiros, deixando documentos sobre o período.

Nesse sentido, ao analisar-se a situação dessas produções nota-se que elas refletem esses homens do século XVII, homens brancos, portugueses, missionários jesuítas, capitães-mores, viajantes, contra reformistas, enfim, as suas obras dizem muito sobre as suas concepções daquilo que

está sendo visto e registrado. Simão Estácio da Silveira em *Relação Sumaria das Cousas do Maranhão* (1624) discorre sobre a demarcação do território maranhense, com o propósito de informar ao rei de Portugal a existência de riquezas nesta região. Já a obra do Padre Antônio Vieira, intitulada *Relação da Missão da Serra da Ibiapaba* (1655) trata da missão evangélica catequética que ele liderou na Serra de Ibiapaba¹. Esses relatos serão analisados a partir da concepção de Ítalo Calvino, em sua obra *Por que ler os clássicos?*, na qual o autor fala sobre a permanência no tempo de certas obras que são consideradas clássicas. Assim, veremos de que forma estes escritos podem ser incluídos nessa categoria.

Além disso, relacionamos as discussões com as obras *Capítulos de História Colonial*, do autor Capistrano de Abreu, na qual ele elabora uma interpretação do Brasil que traz à tona a temporalidade histórica brasileira, por meio da valorização do seu povo, dos seus costumes, da miscigenação e da geografia brasileira; juntamente com a obra *Cultura e Opulência do Brasil* de João Giovanni Antônio Andreoni, mais conhecido como André João Antonil, que descreveu, minuciosamente, a produção de açúcar, tabaco, mineração e criação de gado. Com isso, Antonil mostra a consolidação da economia colonial e sua enorme potencialidade, elaborando, portanto, um estudo pormenorizado da vida econômica colonial na aurora do século XVIII.

A contribuição de viajantes e missionários para a escrita da história no Brasil

Eu me resolvo, que esta he a melhor terra do mundo, d'onde os naturaes são muito fortes, e vivem muitos anos, e consta-nos, que, do que correrão os portuguezes, o melhor é o Brasil, e o Maranhão he Brasil melhor, e mais perto de Portugal (SILVEIRA, 2001, p. 154).

A construção da historiografia brasileira recebeu vastas contribuições de relatos de viajantes e missionários que por aqui passaram, os quais trouxeram consigo os saberes de seu ofício, como também a sua bagagem cultural. A principal característica dos primeiros escritos sobre o Brasil é a informação sobre a grandeza da terra fértil e a natureza do homem nativo. Vale ressaltar que

¹ A Serra da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, é uma região montanhosa que se localiza entre os Estados do Ceará e do Piauí.

diferentemente dos relatos produzidos nos séculos XVIII e XIX, a literatura de viagem do século XVII possui

uma forte tendência à preocupação de seus autores com o reconhecimento e apresentação dessas regiões, recentemente alcançadas, para os seus concidadãos. Embora não ignorem totalmente os fatores biológicos, como a fauna e a flora, grande parte se dedica com maior intensidade a impressões e observações dos locais e seus povos (MACIEL, 2012, p. 91).

Esses relatos abrangiam desde a fauna, a flora, as águas, os habitantes que aqui viviam, a fertilidade da terra, entre outros aspectos que se tornam úteis para compreensão do território brasileiro. No trecho que introduz esse tópico, podemos perceber que o remetente possui em seu discurso um propósito propagandístico, que se resume ao objetivo de atrair colonos para esse território. De acordo com o viajante, essa terra era abundante em riquezas naturais, sendo possível construir nela um “reino opulentíssimo”. Além disso, Simão Estácio (1624) declara que o território maranhense seria o melhor achado português, e que do Brasil era a melhor parte. Desse modo, notamos o intuito do autor de enaltecer o território descrito por ele, como um meio de instigar no destinatário a curiosidade de conhecer e conferir as informações descritas.

Como empresário da colonização do Maranhão e Grão-Pará, Simão Estácio da Silveira em sua obra possibilita-nos a compreensão de um determinado período da história do Brasil, principalmente ajudando-nos a compreender como esses escritos foram importantes para a divulgação das terras maranhenses. A atuação desse sujeito foi de suma importância, visto que muitos portugueses decidiram ir para a região graças à propaganda de Simão Estácio da Silveira. Além disso, ele desempenhou cargos importantes, foi juiz da primeira câmara de São Luís e procurador da conquista do Maranhão. Sua obra, por ser de caráter laudatório descritivo, nos auxilia no entendimento das práticas culturais dos povos que aqui habitavam no início do século XVII, assim como as relações entre os colonizadores e os povos nativos.

Estácio da Silveira principia sua narrativa tratando sobre a demarcação do território que, segundo ele, ia desde o Ceará até o último marco do Brasil, juntamente com as investidas portuguesas a fim de conquistar o território do Maranhão. Ele cita o governador Gaspar de Souza, que naquele período ocupava o cargo de governador geral do Brasil e um dos líderes da conquista do

estado do maranhão contra os franceses. Gaspar de Sousa teria ordenado a Jerônimo de Albuquerque acompanhado de cem homens por mar em quatro embarcações para dar seguimento a conquista. Os franceses, por sua vez, também foram para essa região para “povoar” pois ouviram notícias de que nessa terra havia grandes riquezas. Estes tinham contato com mais de trinta aldeias, entre elas, os Tupinambás. Os gálicos extraíam mantimentos da terra, algodão, pimenta e iam embora. Ou seja, o objetivo principal era extrair essas riquezas e retornarem para o seu país de origem.

Assim sendo, após entrar no território maranhense, os portugueses se depararam com os franceses que ocupavam aquele espaço, dando início a uma batalha entre essas duas nações. No entanto, os franceses saíram vitoriosos por contarem com um número maior de combatentes. Algum tempo depois, os portugueses conseguiram conquistar o território e expulsar os franceses, porém, foi permitido que alguns permanecessem em território maranhense, e estes relacionaram-se com as nativas da ilha. Os indígenas foram importantes nesse contexto por estarem sempre envolvidos nessas batalhas, muitas vezes posicionando-se de um ou outro lado.

O autor relata que a província do Maranhão sempre foi muito disputada e desejada desde o tempo dos monarcas importantes, como por exemplo D. Manoel, e o rei D. João III. A exemplo disso, Estácio da Silveira menciona alguns aventureiros que aqui chegaram, dentre eles, destaca-se Luiz de Mello da Silva, o qual andava na costa do Brasil com a intenção de descobrir alguma boa capitania, com vista a retirar dela riquezas. É importante ressaltar que as investidas não provinham somente por parte dos portugueses, mas também por outros povos como os franceses, holandeses, entre outras nações que almejavam tomar para si a posse dos territórios da América portuguesa.

No seu relato, vemos também que Simão Estácio da Silveira faz uma descrição do Maranhão com suas terras e rios, enaltecendo as riquezas naturais e defendendo que aqui poderia ser estabelecido um reino opulentíssimo. De acordo com Alírio Cardoso, a obra *Relação Sumária*, dedicada à descrição detalhada dos aspectos morais e naturais do Novo Mundo, tinha “como base trabalhos anteriores sobre as Índias espanholas, principalmente a *História natural y moral de las Indias*, de José de Acosta [...]” (CARDOSO, 2015, p. 124-125, grifo do autor). Sendo assim, é relevante abordar tais documentos pensando as possíveis influências de outros relatos de viagens, identificando as semelhanças e diferenças.

Outro tema abordado pelo viajante foi como lidavam com os nativos; é relevante ressaltar que ele utiliza o termo “administração” para se referir a relação com os grupos étnicos da região. Para ele, os franceses eram mais bem aceitos que os portugueses, pois buscavam agradar os indígenas para que estes cultivassem a terra, e tentavam mantê-los contentes para que não fugissem terra adentro, em razão de alguns destes terem se dispersado quando os portugueses chegaram às aldeias. A partir do documento escrito por Simão Estácio, são perceptíveis os aspectos que contribuem para a conquista do território maranhense, como também os seus recursos naturais. Dessa forma, seu escrito torna-se de suma importância para a apreensão de como se deu o processo de ocupação e conquista do território, além de apreender os registros históricos de características singulares da região.

Nessa análise pretendeu-se investigar outros escritos que tratavam acerca do mesmo período, que corresponde ao século XVII, para que sob outro viés, pudéssemos traçar um panorama geral acerca da história da região. Esse viés condiz com os aspectos religiosos, que dizem respeito à missão jesuítica empreendida pelo Padre Antônio Vieira, na Serra de Ibiapaba. Essa missão tinha por finalidade catequizar os nativos, e atribuírem ao reino de Portugal mais fiéis, ou seja, mais súditos. Segundo a autora Maria Toledo

A ligação que se estabelece entre esses acontecimentos e a América, é que, fatos como, a Reforma Protestante e a Contrarreforma, contribuíram para a vinda dos Jesuítas ao Brasil. Isso porque com a crise da Igreja Católica (até o século XV soberana no âmbito religioso) uma “missão religiosa” se instaura na luta contra os “infieis” e “heréticos”. Estes espalham-se pelo mundo, desde a Europa - assolada pelas heresias - até a Ásia, África e a recém-descoberta América (TOLEDO, 1997, p. 600).

Essa jornada catequizadora foi relatada pelo Padre Antônio Vieira em sua obra *Relação da Missão da Serra da Ibiapaba Escrita Pelo Padre Antônio Vieira* em 1655. Esse relato expõe o itinerário traçado por alguns missionários e as investidas promovidas pelos colonizadores. Porém, o que pretendemos tratar com essa análise, não é apenas a descrição empreendida por esse sujeito, mas sim perceber as suas contribuições no processo de constituição de uma historiografia regional.

Em sua obra, o padre Antônio Vieira inicia a narrativa mencionando o governador do Estado, que naquele período era Diogo Botelho, o qual teria convocado a Companhia de Jesus, sendo solicitado para essa missão o padre Francisco Pinto e seu companheiro, o padre Luís Figueira. Segundo Antônio Vieira,

[...] Era o padre Francisco Pinto muito aceito aos índios pela suavidade do seu trato, e pelos modo e indústria com que os sabia contentar; e sobretudo, o fazia famoso entre eles um novo milagre, com que poucos dias antes, indo o padre a uma missão, acompanhado de muitos, e morrendo todos à sede em uns desertos, sendo as maiores calmas do estio, com uma breve oração que o padre fez ao céu, pondo-se de joelhos, no mesmo ponto choveu com tanta abundância, que, alagados os lugares mais baixos daquelas campinas [...] (SERMÕES, 1998, p. 1).

Dessa forma, os padres foram recebidos como embaixadores de Deus, e não do governador do Brasil, ou seja, inicialmente os nativos não os consideravam inimigos, mas sim mensageiros de uma divindade. Isso pode ser visto como uma estratégia para que não houvesse conflitos entre eles, possibilitando aos missionários a submissão desses nativos tanto na catequização destes, como também no apoio deles a seu favor.

O relato empreendido pelo padre Antônio Vieira, assim como o do Simão Estácio da Silveira, alude que naquele período os franceses ocupavam os sertões do Maranhão. O objetivo desses missionários era o de adentrar esses locais, habitados pelos franceses, os quais – segundo a perspectiva do Padre Antônio Vieira – estariam incumbidos de práticas profanas, portanto, os missionários teriam que propagar a fé católica.

O território analisado pelo Padre Antônio Vieira, quando se refere aos caminhos traçados até a Serra da Ibiapaba, é tido como de difícil acesso, onde era necessário abrir passagem, o que dificultava imensamente a chegada destes religiosos. Todavia, mesmo sendo considerado de pouca acessibilidade, no relato de Antônio Vieira existiam cerca de três grandes povoações de índios. Diante dessa narrativa, é possível identificarmos o olhar depreciativo dos missionários ao se referirem aos nativos da Serra de Ibiapaba sendo adjetivados de “fereza natural” e considerados povos selvagens. O documento escrito pelo Padre enaltece os primeiros missionários da região do Maranhão e da Serra da Ibiapaba, por terem “desapossado-se da própria vida”, para plantar a

mente da fé católica, tal ação é vista com algo glorioso e apostólico, tendo em vista que alguns dos que se aventuraram naquele meio pagaram com a própria vida.

À vista disso, é possível percebermos o caráter depreciativo empreendido pelo Padre em sua narração, pois ele afirma até a sua chegada em 1655, quando fora enviado pela sua majestade, a situação espiritual dos “gentios” estava sendo chamada de “estado miserável da cristandade da serra”. A missão jesuítica da Serra de Ibiapaba além das informações no texto escrito por Antônio Vieira, o qual narra sua experiência, reflete ainda um significativo momento da história regional, como os assentamentos de núcleos e vilas, hoje cidades resultantes de iniciativas que em grande medida serviram para consolidar o processo de povoamento daquela região serrana cearense.

Apesar de ser escrito no século XVII, esse registro nos ajuda a compreender aquele contexto e os personagens que fizeram parte da construção do estado, assim como suas relações, podendo ser assim considerado um clássico, aqui entendido sob a perspectiva de Ítalo Calvino sobre a questão, quando explana que: “os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual” (CALVINO, 1993, p. 11).

Conforme Luciana Oliveira (2012, p. 125), os textos produzidos entre os séculos XV e XIX devem ser estudados a partir das noções de “estranhamento” e do exotismo, uma vez que revelam as expectativas dos viajantes para com o seu roteiro de viagem, como também sobre o seu destino, onde eles buscam registrar o que não lhe é habitual, para transmitir a ideia de fantástico para os leitores.

Tendo em vista as duas obras abordadas neste trabalho, é perceptível a relevância tanto da obra de Antônio Vieira como de Simão Estácio, pois seus relatos, apesar de compreenderem aspectos diferentes sobre o território em questão, contribuem para que conheçamos como se deu o processo de conquista da região a partir da ótica de sujeitos distintos, porém ambos influentes personagens do século XVII no âmbito político. Além disso, viabiliza outros estudos, pois tais obras podem ser utilizadas como fontes/objeto de pesquisa, e como norteadoras de uma perspectiva que nós, como historiadores, devemos desenvolver com vista a fornecermos subsídios para a elaboração de novos trabalhos que enalteçam as particularidades de cada região.

Expedições e incumbências religiosas: escravidão e representações indígenas

A partir da análise empreendida sobre as obras do Padre Antônio Vieira e Simão Estácio da Silveira, é possível percebermos o caráter depreciativo ao se referirem aos nativos que encontravam no decorrer de suas excursões no território brasileiro. Nesses relatos, os nativos, na maioria das vezes, são representados como povos “ferozes”, não confiáveis, entre outros termos pejorativos. Além disso, os colonizadores que se dirigiram para essa localidade afirmavam estar levando a “salvação”, o reino de Deus, a esses “bárbaros gentios”, desconsiderando assim as crenças desses indivíduos. Segundo o padre Antônio Vieira: “Ensinarão-se os inocentes, e batizaram-se todos os hereges, e se reconciliaram com a igreja muitos que estavam casados ao modo de Holanda, e se receberam com ritos católicos. Enfim, as duas povoações, que eram compostas de gentios e hereges, ficaram de todo cristãs” (SERMÕES, 1998, p. 12).

Era prática recorrente de religiosos e viajantes relatarem em seus diários a necessidade de se instaurar a fé cristã aos “gentios”. Simão Estácio da Silveira escreveu a obra *Relação Sumária das Cousas do Maranhão* (1619), publicada em 1624 em Lisboa, com o propósito de atrair colonos portugueses para a região, assim como também a imprescindibilidade de levar até esses sujeitos a fé cristã. O caráter propagandístico do discurso de Simão Estácio tinha como objetivo o interesse político que incluía a dominação dos nativos que residiam na região maranhense, como podemos observar em seu relato a seguir:

E para esta terra ir em grande crescimento, convinha que Sua Magestade, desse estas aldeas a administradores casados e de cabedal; assim para que haja na Conquista com que premiar os beneméritos, como para os Indios terem quem acuda por eles e trate de os fazer christãos, e os ampare e conserve, e os faça arregar na terra e cultiva-la, e os tenha destros e prontos para qualquer ocasião, e os taos administradores devem residir nas aldeas, e obrigar-se a sustentar Igreja e Clerigo com algum moderado serviço, que para isso recebem de cada Gentio (SILVEIRA, 2001, p. 135).

Essa é a primeira obra portuguesa a fazer uma propaganda empenhada e sistemática dos deleites, vantagens, comodidades e abundâncias que o Maranhão oferecia, algo visto como dádiva

dos céus, e destinada aos “pobres de Portugal” que se dispusessem a vir habitar a nova e auspiciosa conquista.

Os relatos descritivos serviram para que autores posteriores pudessem tomá-los como base de suas reflexões, apesar de divergirem delas em muitos aspectos. A exemplo disso temos o autor Capistrano de Abreu, que apesar de localizar-se cronologicamente no século XIX, utiliza-se desses modelos de escritos para contestar esse tipo de pensamento, evidenciando a necessidade de valorização dos nativos que já estavam nesse território antes da chegada dos europeus. Em sua obra *Capítulos de História Colonial* publicada pela primeira vez em 1907, ele discute a história brasileira a partir de sua formação étnica.

É importante ressaltar que em sua obra o autor elabora uma interpretação do Brasil que traz à tona a temporalidade histórica brasileira, por meio da valorização do seu povo, dos seus costumes, da miscigenação e da geografia brasileira, ou seja, ele elege o povo brasileiro como protagonistas de sua história. Pode-se dizer que em sua obra o autor prioriza o conceito de cultura sobrepondo-a ao conceito de raça, diferentemente dos autores que lhe antecedem, os quais menosprezavam as populações indígenas, sem levar em consideração as suas particularidades. Capistrano, por sua vez, valorizava a contribuição da cultura indígena e o Brasil miscigenado.

Capistrano de Abreu tem papel fundamental na inovação da historiografia brasileira. Na sua obra, o autor rompe com a ideia bastante difundida até então de que a História do Brasil teria começado com a chegada dos portugueses, mostrando que os povos que aqui viviam não eram seres desprovidos de história. Esse autor também indaga acerca da abordagem factual da história, que privilegia o herói, o ator individual, em detrimento do social e do coletivo. Isso demonstra uma preocupação em considerar o povo brasileiro como sujeito de sua própria História, significa invalidar conceitos como o de inferioridade racial ou cultural, sem preconceitos, sem eurocentrismos, valorizando a presença indígena. Devemos atentar-nos para o fato de que o historiador João Capistrano de Abreu é de origem cearense e escreve uma história a partir do seu contexto, o que o possibilita elaborar uma historiografia nacional.

Semelhantemente a Simão Estácio da Silveira, o Padre Antônio Vieira, autor de 207 sermões, cartas, textos exegéticos, relatórios sobre missões e ações políticas etc. Como homem de seu tempo e

fidedigno jesuíta, estava convencido das classificações e percepções de sua época em relação aos indígenas e, como tal, compartilhava do pensamento ocidental-cristão, segundo o qual o “outro” era caracterizado como inferior, necessitando urgentemente conhecer a “verdade”. Ou seja, a verdade absoluta, que na sua concepção só poderia se concretizar no catolicismo que, no caso dos povos indígenas, se faria efetivamente através das missões jesuíticas. Destaca-se que “a categoria do “outro” tem sido utilizada para adotar a perspectiva da alteridade nos relatos sobre o contato entre colonizador e colonizado, entre Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos” (ZUBARAN, 1999, 19).

Muitas foram as análises realizadas por diversos estudiosos sobre o Padre Antônio Vieira. Todavia, quando se faz qualquer análise, seja de um objeto, de uma dada realidade ou de um sujeito, devemos sempre considerá-los dentro da categoria de complexidade. Dessa forma, devemos considerar o período no qual o sujeito está inserido, assim como o intuito por trás da sua escrita e quais influências esses indivíduos tiveram na sua trajetória. Na articulação do modelo sacramental e do princípio da encarnação pode-se chegar a perceber os diferentes níveis do discurso do Padre Antônio Vieira, que, por sua vez, implica a discussão de questões retóricas, sociais e políticas.

Em seus relatos, o Padre Antônio Vieira demonstra ser contra a escravidão dos povos indígenas; apesar de defender que esses povos não deveriam ser escravizados, esse missionário os consideravam como indivíduos inferiores, sujeitos que não possuíam rei ou lei. Entretanto, as missões catequéticas e entradas pelos sertões pelo Norte e Nordeste do Brasil, ora desbravando, ora vencendo caminhos por áreas hostis e perigosas, são características que podem responder a seguinte questão: até que ponto há, ou não, coerência entre seus escritos e as suas ações práticas levadas a cabo em defesa dos indígenas, dita sua maior paixão? Não teria o Padre Antônio Vieira intenções políticas nessas suas missões religiosas? Nós, enquanto historiadores devemos considerar o contexto político do século XVII na Europa, assim como na colônia portuguesa.

Ademais, a Missão Jesuítica da Serra de Ibiapaba, no Ceará, não foi um efeito aleatório, isto é, um simples acontecimento de pouca duração, marcado pela presença de alguns padres missionários. Ela foi organizada e executada, primordialmente, sob a supervisão direta de Antônio Vieira a partir de 1655, e continuou com a participação de outros jesuítas até 1759. Sabemos que a discussão sobre

a utilização de mão de obra escrava era um dos aspectos que se fez presente no discurso dos jesuítas da Companhia de Jesus, sobre se estes deviam ou não acumular bens na colônia. É preciso ressaltar que embora o discurso do Padre Antônio Vieira possa mostrá-lo como contrário a escravização indígena, não se pode dizer o mesmo sobre a utilização de mão de obra cativa, negra.

Contudo, é preciso nos atentarmos que a missão evangelística empreendida por esses padres não estava somente relacionada à religião, pois no texto de Antônio Vieira podemos perceber a contribuição por parte do governador André Vidal de Negreiros no desempenho da missão na Serra de Ibiapaba. Segundo o autor

De Sua Majestade vieram três cartas, em que encarregou ao Governador que o seu primeiro cuidado fosse procurar que na Serra de Ibiapaba estivessem alguns religiosos da Companhia, para terem à sua conta e obediência aqueles índios, e para a segurança dos ditos missionários se fizesse o forte de Camuci, que o governador André Vidal tinha intentado (SERMÕES, 1998, p. 22).

Desse modo, visamos identificar as relações desses sujeitos com os índios, assim chamados por eles, como já foi dito, analisando os *Escritos Instrumentais*, procurando perceber os aspectos políticos no interior do discurso de Antônio Vieira acerca desses povos indígenas, mais precisamente nas descrições que fez em sua *Relação da Serra de Ibiapaba*.

É possível percebermos o “cuidado” demonstrado por alguns sujeitos ao manterem contato com os nativos, como vimos na obra *Relação das Cousas Sumárias do Maranhão* de Simão Estácio da Silveira, juntamente com a obra de Antônio Vieira, *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*, nas quais os autores expressam o esforço que algumas nações tinham ao fazerem um acordo com as tribos indígenas, sempre buscando conquistarem estes para utilizá-los ao seu favor. Esses colonizadores tinham em seu cerne a compreensão de que, sem a aliança com os nativos, não seria possível efetuar a colonização. E, no caso específico das missões jesuítas, não era possível imprimir o trabalho espiritual sobre os povos da colônia portuguesa sem que houvesse concessões e negociações. Era necessária uma política de aproximação ao invés do embate direto.

Discorrendo acerca da interiorização do território pelos colonos portugueses, afirma o padre jesuíta que seria mais prudente, como estratégia de convencimento, a tentativa de uma política de

amizade, a aliança no intuito de manter uma certa submissão ao colono português. Vejamos as recomendações de Antônio Vieira na seguinte passagem:

Chegada que for a tropa à parte aonde dirigem, terão sua inteligência por meios de suas embaixadas, com que manifestem ao gentio o intento de sua ida, que é só para os converter à nossa fé; e para os atrair, os convidem com resgates, prometendo-lhes bom trato e companhia; e quando eles não queriam reduzir-se voluntariamente, sendo em parte que nos podem ofender as nossas povoações, os poderão obrigar por armas; mas de tal maneira sempre que, reduzidos à nossa sujeição, não alcancem eles que há em nós vinganças, mas serão tratados dos nossos com amor, brandura e caridade (VIEIRA, 1992, p. 78).

A vista disso, o contato com os povos indígenas é tratado, como podemos observar acima, de forma racional, estratégia importante não só para o processo catequético, como também no que se refere à interiorização do território colonial no Estado do Maranhão e Grão-Pará, como estava dividido no período em questão.

Essa visão partilhada pelo missionário Antônio Vieira, assim como toda a Companhia de Jesus, a respeito de que os povos nativos necessitavam urgentemente do cristianismo, era algo que prevalecia nos seus discursos. Sua intervenção no Maranhão já em meados do século XVII é cheia de descrições detalhadas de como aqueles sujeitos “selvagens” necessitavam de ação missionária para o “esclarecimento” por meio da palavra divina.

Dentre os muitos relatos produzidos sobre o território brasileiro, suas riquezas, os povos, assim como suas práticas e costumes, dispomos da obra do italiano André João Antonil, religioso jesuíta autor do mais importante testemunho sobre a economia colonial brasileira na época da transição do ciclo do açúcar e o da mineração intitulada *Cultura e Opulência do Brasil*. Trata-se, com certeza, de uma obra imprescindível, que por muito tempo permaneceu como fonte primária para a idealização histórica da sociedade colonial brasileira e, sobretudo, da economia das regiões nordestinas.

Uma obra que não se reduz à descrição das principais atividades produtivas do Brasil entre os séculos XVII e XVIII (cultivo de açúcar e tabaco, mineração de ouro, criação de gado e venda de couro), mas que também analisa particularmente as relativas técnicas de execução, oferecendo ao mesmo tempo dicas pedagógicas de bom comportamento, sobretudo com respeito aos senhores de

engenho. Como jesuíta, Antonil se preocupava com a evangelização de todos os indivíduos pertencentes ao sistema dos engenhos.

Em sua visão religiosa, esses lugares não alojavam somente o processo de produção e de purificação do açúcar, mas também existia o processo defronte o paganismo escravo, de purgação dos antigos pecados, conversão cristã e produção de novas almas. Antonil dispunha de uma concepção que ora encontrava-se voltada à religião, ora tratava de questões econômicas. Trazido para o Brasil pelo Padre Antônio Vieira no ano de 1681, divergia do mesmo no que diz respeito à escravização dos nativos, contrariando o ponto de vista geralmente aceito pelos jesuítas, discordantes à escravização destes.

Em sua obra, Antonil defende a legitimidade da escravidão, pois em sua concepção essa prática era necessária para a produção do açúcar. Para o jesuíta italiano, nesse período, a verdadeira preocupação é outra, ou seja, instituir como senhor deve se comportar diante dos seus escravos para que o engenho se tornasse produtivo. Um dos principais objetivos de Antonil era revelar o que era ser um senhor de engenho, para assim demonstrar para aqueles que queriam se tornar um posteriormente como se davam tais práticas, assim como defender os preços do açúcar em razão da descoberta das minas de ouro.

Essa obra se encontra entre as mais relevantes que se produziu acerca das condições sociais e econômicas do Brasil durante o período em que aqui viveu Antonil. A Coroa Portuguesa chegou a impedir a circulação do livro em razão das suas informações históricas sobre as drogas e as minas daquela região que então havia se convertido sua principal Colônia. Sobre a utilização da mão de obra escrava nos engenhos, ele escreveu: “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (ANTONIL, 2007, p. 97-98).

Em contraposição ao Padre Antônio Vieira, que naquele período histórico preocupava-se com a situação religiosa dos indivíduos, Antonil voltava-se para quesitos econômicos, algo incomum para um jesuíta. Na epígrafe acima citada, Antonil defende a prática da escravidão, pois sem ela não haveria lucro. Desta forma, seria, para ele, um mal necessário. Tendo em vista as informações apresentadas, são perceptíveis os aspectos políticos, religiosos e econômicos expressos nas obras do

Padre Antônio Vieira e de Simão Estácio da Silveira. Vimos que nesses documentos os nativos são apresentados como sendo inferiores, ou seja, como sujeitos inocentes desprovidos da real sabedoria a qual só poderia ser alcançada por meio dos ensinamentos dos missionários. Com base nessa análise podemos lançar luz a muitas características dessas obras, sobretudo a do Padre Antônio Vieira, de cunho religioso, mas que, porém, encontra-se imbuída de elementos políticos.

Considerações Finais

A abordagem empreendida possibilitou percebermos muitas características nos discursos dos personagens analisados. Esses relatos, apesar de terem sido redigidos por estrangeiros, nos proporcionam um panorama de parte do território americano, assim como os povos que aqui viviam e as relações estabelecidas entre colonos e colonizadores com o intuito de dominar essas regiões. As memórias, relatórios e informações cedidas dos portugueses e outros europeus do século XVII são fontes fundamentais para nós historiadores, pois nos ajudam a compreender o contexto setecentista, assim como as dinâmicas de conquista da América portuguesa, possibilitando uma nova abordagem a partir desses dados. Daí o conceito de clássico, entendido como sendo obras que transcendem o tempo, sendo capazes de explicar características passadas que refletem no contexto atual.

É importante considerarmos o contexto no qual os indivíduos que redigiram suas obras estavam inseridos, pois sabemos que o meio e as circunstâncias influem diretamente na sua escrita, ou seja, esses relatos incorporam conceitos que eram vigentes em um determinado período. As abordagens empreendidas na escrita dos missionários e viajantes estrangeiros servem-nos como foco de análise, podendo ser utilizadas por nós historiadores, através das múltiplas possibilidades historiográficas que estas proporcionam. Partimos da noção de que os homens que produziram esses documentos eram sujeitos dotados de pré-conceitos e referenciais culturais próprios, como qualquer sujeito sociocultural.

Esses indivíduos procediam de meios culturais diferentes, detentores de crenças, de posicionamentos e ideologias diferentes do que encontraram no território brasileiro no século XVII, portanto suas interpretações estavam sujeitas à influência do meio. Tais homens produziram registros

de viagens condicionados pelos mais diversos interesses, porém, estas fontes são de grande valia para os historiadores do Brasil pois tomando-os como material de estudo torna-se possível novas análises a respeito daquele período sobre as mais diversas temáticas, traçando um panorama político-social, econômico e religioso. Dessa forma, tais anotações possibilitam ao pesquisador observar, mesmo que por lentes estrangeiras, aspectos significativos das sociedades analisadas.

Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 1988.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Belo Horizonte, EDUSP, 1982.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de Constantino (Org.). **Relatos de viagem como fontes à história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- MACIEL, Rodrigo Araújo. Oriente sobre o Ocidente: François Pyrard e os relatos de viajantes europeus sobre a América Portuguesa no século XVII. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de Constantino (Org.). **Relatos de viagem como fontes à história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 91.
- REICHEL, Heloísa Jochims. “O relato dos viajantes como fonte de estudo para a História”. In: SANTOS, Pedro Brumo; VÉSCIO, Luís Eugênio (Orgs.). **Literatura e História: Perspectivas e convergências**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 55.
- SERMÕES. Padre Antônio Vieira. Vol. XII. Erechim: Edelbra, 1998.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**. Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal. São Paulo, Siciliano, 2001.
- TOLEDO, Maria Ap Leopoldino Tursi. **Considerações sobre a gênese da historiografia brasileira**. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. 1997.
- VIEIRA, Antônio. **Escritos Instrumentais Sobre os Índios**; edição de textos Claudio Giordano; ensaio introdutório José Carlos Sebe Bom Meihy- São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.
- ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. **Anos 90**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 17-33, dez.1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6590/3911>. Acesso em: 03 mar. de 2023